



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELISA MARIA ALVES DE SOUZA

O PAPEL DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Um estudo de caso na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE

RECIFE

2021

ELISA MARIA ALVES DE SOUZA

O PAPEL DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Um estudo de caso na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a obtenção de título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral.

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729pp

Souza, Elisa Maria Alves de

O papel do pedagogo nas casas de acolhimento institucional: Um estudo de caso na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE / Elisa Maria Alves de Souza. - 2021.
73 f. : il.

Orientadora: Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral.
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Pedagogia, Recife, 2021.

1. Acolhimento institucional. 2. Áreas de atuação do(a) pedagogo(a). 3. Pedagogos em ambientes não escolares. 4. Educação não formal. I. Cabral, Ana Catarina dos Santos Pereira, orient. II. Título

CDD 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELISA MARIA ALVES DE SOUZA

O PAPEL DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:

Um estudo de caso na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE

Data da defesa: 16/07/2021

Horário: 10h

Plataforma/link: <https://meet.google.com/ude-qssq-bjq>

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Catarina dos Santos Pereira Cabral

Prof.^a Orientadora

Prof. Dr.^a Fabiana Cristina da Silva

Examinadora Interna

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda

Examinador Externo

Resultado: Aprovada

Reprovada

Dedico esta monografia à todas as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Isto é para vocês e por vocês, na esperança de que o mero assistencialismo seja deixado de lado, e de que seus direitos sejam atendidos.

E à minha querida mãe, Carla, de quem eu herdei a sensibilidade de enxergar além de mim e das minhas próprias necessidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por seu amor, cuidado e presença em todos os momentos. E por ter me guiado até aqui.

À minha querida mãe, Carla, por sempre ter dado o seu melhor para mim, durante a minha vida e minha formação. Uma parte de você sempre fará parte de quem eu sou.

À minha amada irmã mais velha, Jhéssica, por ter me ensinado tantas coisas importantes e, principalmente, por ter me inspirado a seguir os caminhos da formação acadêmica. Sem você e seu exemplo, teria sido muito mais difícil chegar até aqui.

À minha amada irmã mais nova, Samara, e às minhas primas, Anna Adliz, Ana Aisha e Ana Kriscia, por terem me permitido observar pessoalmente e praticar tudo o que eu estava aprendendo durante o curso. Vocês deram sentido a toda teoria.

Ao meu querido pai, Samuel, por ser meu maior exemplo de esforço e dedicação profissional, e por me possibilitar tantas coisas. Se eu cheguei até aqui, foi porque você me deu todo o suporte necessário.

À minha grande amiga e colega de curso, Mirelly, por ter sido a melhor companhia dessa trajetória, e por ter se tornado minha companheira e meu apoio de sempre. Ter você me trouxe até aqui com muito mais tranquilidade, leveza e risos.

Ao meu melhor amigo e parceiro que escolhi para compartilhar a vida, João, por ser meu porto de tranquilidade e paz, por sempre me apoiar e me acompanhar em tudo. Sua companhia e ajuda são essenciais para mim.

Às minhas amigas, Evely, Isly, Larissa e Luciana, por serem meu suporte de sempre. Compartilhar a vida com vocês é um presente.

Aos meus professores do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE, por terem sido grandes contribuidores dessa trajetória e por terem me auxiliado na minha formação profissional e pessoal. Vocês abriram meus olhos para um mundo novo com infinitas possibilidades.

À minha orientadora, Ana Catariana, por ter aceitado me guiar na construção dessa pesquisa, por toda sua disposição, compreensão e paciência.

Aos participantes da pesquisa, por terem contribuído tanto na construção desta.

E, por fim, à banca examinadora, por aceitar o convite de colaborar com suas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

“Educação não transforma o mundo.
Educação transforma pessoas. Pessoas
transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o papel de um profissional formado em Pedagogia em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE e, para alcançar este objetivo, teve três objetivos específicos: caracterizar uma casa de acolhimento institucional e como se dá a sua organização, mapear quais profissionais atuam nesta casa de acolhimento e quais as suas funções, e analisar a atuação do(a) pedagogo(a) nesta instituição. Em relação à metodologia, a pesquisa tem natureza qualitativa e adotou uma abordagem de estudo de caso, tendo como instrumentos para a coleta de dados a observação total, o questionário e a entrevista semiestruturada. Constatamos que a casa de acolhimento institucional estudada se encontra dentro de praticamente todos os parâmetros nacionais legais exigidos pelas normas que regem a instituição, que são as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em relação a sua infraestrutura e funcionamento do atendimento. No entanto, se distancia um pouco desses parâmetros em relação aos funcionários, por seus educadores/cuidadores não possuírem formação e nem capacitação suficientes. Acreditamos que há funções na instituição que poderiam ser mais bem desempenhadas por um(a) profissional formado(a) em Pedagogia, por isso, consideramos como essencial a presença de um(a) pedagogo(a) no quadro de funcionários das casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Acreditamos também que na formação do Licenciado em Pedagogia poderia haver uma maior discussão em relação ao trabalho em espaços não escolares. Por fim, esta pesquisa se baseou principalmente nas seguintes referências: Brasil (1990), Brasil (2010), Izar (2011), Pereira (2013), Andrioli e Löhr (2014), Chesini (2015), Farias, Souto e Araújo (2018), Lira (2018) e Stadler, Santos e Silva (2019).

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Áreas de atuação do(a) pedagogo(a). Pedagogos em ambientes não escolares. Educação não formal.

ABSTRACT

The main goal of this research is to understand the role of a professional graduated in pedagogy in an institutional shelter for children and adolescents in the city of Jaboatão dos Guararapes – PE and, to achieve this main goal, had three specific objectives: characterize an institutional care home and how its organization is carried out, map which professionals work in this care home and what their functions are, and analyze the performance of the pedagogue in this institution. Regarding the methodology, the research is qualitative in nature and adopted a case study approach, having as instruments for data collection the total observation, the questionnaire and the semi-structured interview. We found that the institutional shelter studied is within practically all the national legal parameters required by the norms that govern the institution, which are the Technical Guidelines for the Welcoming Service for Children and Adolescents, in relation to its infrastructure and functioning of the service. However, it distances itself a little from these parameters in relation to employees, because their educators/caregivers do not have sufficient education or training. We believe that there are functions in the institution that could be better performed by a professional graduated in Pedagogy, therefore, we consider the presence of a pedagogue in the staff of the institutional shelters for children and adolescents to be essential. We also believe that in Pedagogy graduation college could have greater discussion in relation to work in non-school spaces. Finally, this research was mainly based on the following references: Brasil (1990), Brasil (2010), Izar (2011), Pereira (2013), Andrioli e Löhr (2014), Chesini (2015), Farias, Souto e Araújo (2018), Lira (2018) e Stadler, Santos e Silva (2019).

Keywords: Institutional care. Areas of activity of the pedagogue. Pedagogues in non-school environments. Non-formal education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APUD	Citado por
Art.	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Curso de Pedagogia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ET AL	E outros
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
Nº	Número
NOB/RH-SUAS	Norma Operacional Básica/Recursos Humanos-Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
P.	Página
PPP	Projeto Político Pedagógico
PE	Pernambuco
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SGD	Sistema de Garantia dos Direitos
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Diagrama que representa a relação entre as pesquisas selecionadas..	35
Ilustração 2 – Gráficos da faixa etária dos funcionários.....	49
Ilustração 3 – Gráficos da formação acadêmica dos funcionários.....	50
Ilustração 4 – Gráficos da capacitação dos funcionários.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de trabalhos selecionados em cada base de dados consultada.....	27
Quadro 2 – Relação das pesquisas selecionadas para compor o estado da arte.....	28
Quadro 3 – Descrição das fases da pesquisa.....	38
Quadro 4 – Relação entre os objetivos da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados.....	41
Quadro 5 – Comparação da infraestrutura solicitada pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a infraestrutura da casa de acolhimento estudada.....	45
Quadro 6 – Relação dos funcionários da casa de acolhimento estudada.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: CAMPO DE PESQUISA E OBEJTO ESTUDO	16
1.1 CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA AOS MARCOS LEGAIS.....	16
1.1.1 Antes das casas de acolhimento – A trajetória da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil	16
1.1.2 O que são as casas de acolhimento	20
1.1.3 Como se organizam as casas de acolhimento	21
1.1.3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	22
1.1.3.2 Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.....	22
1.1.3.2.1 Espaço físico.....	23
1.1.3.2.2 Funcionários.....	23
1.2 A PEDAGOGIA E O(A) PEDAGOGO(A).....	25
CAPÍTULO 2: ESTADO DA ARTE – UMA BUSCA POR PESQUISAS QUE SE APROXIMAM DA NOSSA TEMÁTICA DE ESTUDO	27
2.1 O QUE REVELAM AS PESQUISAS SOBRE O PAPEL DOS(AS) PEDAGOGOS(AS) NAS CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	29
2.1.1 Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento	30
2.1.2 Pesquisas que questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento	31
2.1.3 Pesquisas que manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal	33
2.1.4 Como as pesquisas selecionadas se relacionam entre si	35

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA – TRAÇANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	37
3.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	39
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	39
3.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	39
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS.....	41
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS.....	43
4.1 A INSTITUIÇÃO – UMA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES.....	43
4.2 OS FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO – QUEM SÃO E COMO ATUAM?.....	46
4.2.1 Traçando o perfil dos funcionários.....	48
4.2.1.1 Idade dos funcionários.....	48
4.2.1.2 Formação acadêmica dos funcionários.....	49
4.2.1.3 Capacitação dos funcionários.....	51
4.2.2 A atuação dos funcionários na instituição.....	52
4.2.2.1 Diretora.....	53
4.2.2.2 Coordenadora.....	54
4.2.2.3 Técnico social.....	55
4.2.2.4 Educador/cuidador.....	56
4.3 A PEDAGOGA NA INSTITUIÇÃO – UMA ATUAÇÃO NECESSÁRIA.....	57
4.3.1 O profissional de Pedagogia e as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.....	57
4.3.2 O profissional de Pedagogia e as funções da equipe técnica.....	58
4.3.2.1 A elaboração do Projeto Político Pedagógico.....	58
4.3.2.2 A capacitação e o acompanhamento dos educadores/cuidadores.....	59
4.3.2.3 A elaboração do Plano Individual de Atendimento.....	60

4.3.3 O profissional de Pedagogia e a percepção dos participantes da pesquisa acerca da sua atuação na instituição de acolhimento.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO TOTAL.....	70
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	71
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	73

INTRODUÇÃO

A partir de uma visita a uma casa de acolhimento institucional da cidade de Jabotão dos Guararapes e o contato com uma pedagoga funcionária do local, surgiu o interesse por conhecer mais sobre a instituição e a atuação do profissional formado em Pedagogia nesse ambiente.

As casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes representam uma medida legal de proteção, assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ser aplicada quando os direitos da criança ou do adolescente, garantidos na mesma legislação, forem violados. Ou seja, essas instituições existem para garantir os direitos previstos por lei às crianças e aos adolescentes institucionalizados. Para que isso aconteça, há uma série de preceitos legais e normativos que visam qualificar o atendimento prestado nesses locais, sendo indispensável contar com profissionais de diferentes áreas. No entanto, nem sempre as casas de acolhimento funcionam de uma maneira que garante aos acolhidos todos os seus direitos.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a educação e o pleno desenvolvimento desses indivíduos, acreditamos que um profissional formado em Pedagogia é essencial nas instituições de acolhimento, visto que este profissional possui conhecimentos para promover, avaliar e auxiliar as diversas práticas educativas presentes nestes locais. No entanto, verificamos que nas Orientações Técnicas para o serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), normas que determinam como deve ser o funcionamento das casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o(a) pedagogo(a) não é tido como um profissional obrigatório na equipe profissional mínima da instituição, mesmo que o cotidiano das casas de acolhimento, suas práticas e até mesmo suas asseguarações legais, revelem necessitar de qualificações que este profissional possui.

Diante dessa realidade, acreditando que as casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes são muito importantes para a sociedade, principalmente para seu público-alvo, que estas precisam funcionar da melhor forma possível para que os direitos dos acolhidos sejam garantidos, e devido à falta de conhecimento e de pesquisas sobre esta importante área de atuação do profissional formado em

Pedagogia, esta monografia investiga a atuação e a contribuição de um profissional formado em Pedagogia em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE.

Tendo tudo isto em mente, esta pesquisa tem como problema: Qual a contribuição dos(as) profissionais formados(as) em pedagogia nas casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes? E a hipótese formulada é que o(a) profissional formado(a) em pedagogia atua de várias formas nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, e é um(a) funcionário(a) essencial nesses espaços.

Assim como tem o objetivo principal de compreender o papel de um profissional formado em Pedagogia em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE, e para alcançar este objetivo, teremos três objetivos específicos: Caracterizar uma casa de acolhimento institucional e como se dá a sua organização, mapear quais profissionais atuam nesta casa de acolhimento e quais as suas funções e analisar a atuação do(a) pedagogo(a) nesta instituição.

Para alcançar os objetivos propostos, esta monografia está organizada em quatro seções.

No primeiro capítulo, apresentamos o nosso campo de pesquisa e o nosso objeto de estudo, discorrendo no primeiro tópico sobre a trajetória da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, até o aparecimento das casas de acolhimento institucional, e no segundo tópico sobre as nossas concepções de Pedagogia e pedagogo(a).

Em seguida, no segundo capítulo, trazemos o estado de conhecimento atual sobre a nossa temática.

No terceiro capítulo, está a construção do percurso teórico metodológico da pesquisa. Apresentamos aqui: o campo de investigação, os participantes da pesquisa, os instrumentos da pesquisa e a metodologia de análise de dados utilizada.

No quarto capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados, contemplando todos os objetivos da pesquisa.

E, por fim, trazemos as considerações finais a respeito da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1: CAMPO DE PESQUISA E OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, discorreremos sobre o nosso campo de pesquisa, que são as casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, e sobre o nosso objeto de estudo, que é o profissional formado em Pedagogia, a fim de esclarecer a nossa concepção sobre estes.

1.1 CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA AOS MARCOS LEGAIS

Neste tópico, vamos explicar de maneira teórica o nosso campo de pesquisa, que são as casas de acolhimento institucional, numa perspectiva histórica e legalista. Para isso, discorreremos brevemente sobre como era a institucionalização das crianças e dos adolescentes antes de surgirem as casas de acolhimento, o que são estas casas e como se organizam.

1.1.1 Antes das casas de acolhimento – A trajetória da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

No Brasil, antes de serem fundadas as casas de acolhimento institucional, o atendimento a criança e ao adolescente passou, durante a história, do domínio da igreja católica para entidades filantrópicas, movidas por valores religiosos, até se tornar responsabilidade do Estado. Pode-se dizer que na maior parte do tempo o atendimento a esses indivíduos ocorria no sentido de suprir necessidades emergenciais, e que esse atendimento era ora correccional repressivo, ora assistencialista.

Durante o período colonial (1500-1822) foi dado início o processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Entre 1550 e 1553, os padres jesuítas criaram as Casas de Muchachos, que eram espaços financiados pela Coroa Portuguesa que funcionavam como abrigos socioeducacionais para crianças indígenas brutalmente afastadas de suas tribos e, posteriormente, para órfãos trazidos de Portugal. Essas casas funcionavam com o objetivo de reeducação destas crianças, impondo-lhes a catequização e os valores ditos civilizatórios.

Com o passar do tempo, as Casas de Muchachos não foram suficientes para atender a todas as crianças, que começaram a ser abandonados nas ruas, o que gerou por muito tempo a marginalização destes indivíduos, sendo está uma cultura trazida de Portugal para o Brasil segundo Marcílio (1988), que afirma que “o ato de expor os filhos foi introduzido no Brasil pelos brancos europeus – o índio não abandonava os próprios filhos.” (p. 12)

Logo, a assistência as crianças abandonadas, órfãs e pobres passou a ser vista como uma demanda social para o Estado, mais especificamente para as Câmaras Municipais, que, por sua vez, delegavam os cuidados destes indivíduos às instituições de caridade como as Santas Casas de Misericórdia. Nessa época, também foi trazido para o Brasil o sistema de Roda dos Expostos, para evitar que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo ou que não tinham condições de criá-lo.

As rodas eram mecanismos cilíndricos ocios de madeira que giravam em torno do próprio eixo ligando a parte externa e a parte interna das instituições ao serem giradas, e eram posicionadas na frente das instituições como as santas casas. Ou seja, as crianças eram colocadas no compartimento da roda que dava para a área externa do pátio das instituições e ao girar a roda a criança já se encontrava dentro da instituição, sem que a pessoa que estava colocando a criança lá pudesse ser identificada.

Até que, em 1922, aconteceu o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, no qual a questão da assistência às crianças passou a ser discutida. O que deu origem ao Juizado de Menores em 1923, o que Garcia (2009) define como:

Um modelo de atuação que se manteria ao longo da história da assistência pública no país, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao menor fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família. O objetivo da internação era preservar ou reformar os menores apreendidos. (p. 11)

É somente a partir destes acontecimentos que o Estado assume a responsabilidade pela tutela da criança abandonada.

Posteriormente, em 1927, foi criado do primeiro Código de Menores, e com ele as leis de assistência e proteção aos menores, destinando-se a legislar sobre as crianças de 0 a 18 anos. Mas segundo Garcia (2009)

A proposta era resolver os problemas dos menores, não apenas no âmbito jurídico, mas englobando também as questões assistenciais. As medidas propostas proporcionavam um maior controle da população nas ruas, por meio de intervenção policial [...] O Código apontava uma visão jurídica repressiva e moralista, de caráter correccional e disciplinar prevendo repreensão e internamento, em caso de abandono físico e moral das crianças. (p. 12)

A partir do Código de Menores também, as Rodas dos Expostos foram proibidas, passando-se a exigir que as crianças fossem entregues diretamente às instituições, garantindo aos que as entregavam o anonimato, e garantindo à criança sua identificação.

Segundo Santos (2013), as crianças abandonadas serem cuidadas pelas Santas Casas de Misericórdia seguia uma tradição portuguesa, mas essa metodologia foi extinta em 1950 por diversos motivos, como dificuldades financeiras, denúncias de abusos e desvios de verba.

Ao longo do tempo, muitos mecanismos de assistência e fiscalização dessa assistência à menores foram desenvolvidos, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). O SAM foi criado em 1942, com o objetivo de sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e considerados delinquentes. Porém, esse serviço se mostrou ineficaz devido as muitas denúncias de maus tratos e agressões contra as crianças. Segundo Garcia (2009) o SAM “ficou focado mais nas questões de ordem social, relacionada à repressão do que a assistência propriamente dita.” (p. 13)

Após isso, em 1964, o SAM foi substituído pela FUNABEM sob a vigência do regime militar, que mais tarde também se mostrou ineficaz por motivos semelhantes. Segundo Garcia (2009) “a falência do sistema FUNABEM está relacionada ao atendimento correccional, repressivo e assistencialista, caracterizada por uma gestão centralizadora e vertical.” (p. 14)

Até que, após centenas de anos com as crianças e os adolescentes sendo atendidos de maneira somente assistencialista, sendo oferecido apenas um local para que estes indivíduos pudessem dormir e comer, muitas vezes em condições precárias e sem seus direitos estabelecidos e respeitados, chegou o ano de 1979, que foi indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Criança, com o objetivo de chamar a atenção para os problemas que afetavam as crianças em todo o mundo. A partir daí a sociedade brasileira voltou mais seus olhos

para o assunto, que passou a ser amplamente pesquisado. Até que a Constituição Federal de 1988 introduziu mudanças nos direitos da criança e do adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

Depois da Constituição Federal de 1988, houve a formação de diversas associações que se articularam na luta, elaboração e na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 – lei federal nº 8.069/1990. A partir do ECA as crianças e os adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e deveres.

Com as leis de proteção e assistência às crianças e aos adolescentes estabelecidas, e tendo em mente que nem sempre a família é o espaço ideal para a convivência ou a sobrevivência destes indivíduos, surgem as casas de acolhimento institucional, que tem seus princípios e deveres configurados pelo ECA, que as concebe não só como um local que promove assistência, mas como um espaço de socialização e desenvolvimento.

A partir do ECA, se dá início a um processo de distanciamento do mero assistencialismo prestado às crianças e aos adolescentes ao longo da história do Brasil, e aproximação da garantia dos direitos desses indivíduos. O que é um grande avanço, pois segundo Freire (1967) o mero assistencialismo desumaniza o ser humano.

[...] o assistencialismo faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação [...] o grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência. (FREIRE, 1967, p. 55)

Ou seja, o assistencialismo, por estabelecer situações de dependência e impedir que as pessoas exerçam a sua condição de serem sujeitos, torna-os seres passivos, inviabilizando a construção de uma vida com dignidade humana, pois imobiliza a possibilidade de superação das condições de opressão, e, com isso, contribui fortemente para a desumanização dos seres humanos.

Tendo em mente o processo histórico até chegar à fundação das casas de acolhimento institucional, apresentamos a seguir mais informações sobre estas instituições.

1.1.2 O que são as casas de acolhimento

As casas de acolhimento são serviços que acolhem crianças e adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de seus direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família, segundo o 98º artigo do ECA.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990, Art. 98)

Sendo entendido como crianças e adolescentes pessoas com idade entre zero e dezoito anos, de acordo com o 2º artigo do ECA. O afastamento da criança ou do adolescente da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. O objetivo é viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela). O serviço deve estar voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes. O atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, para que a guarda de objetos pessoais e registros, relacionados à história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente sejam preservados.

Em 1991, pela lei nº 8.242, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como o principal órgão do sistema de garantia de direitos. Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. E em 2006, O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) foi criado pelo CONANDA, para garantir e fortalecer a

implementação do ECA por meio de três eixos: Defesa, promoção de direitos e controle social. As casas de acolhimento se encaixam no segundo eixo, no qual se tem a atuação de serviços e programas das políticas públicas, bem como de execução de medidas de proteção de direitos humanos e de medidas socioeducativas, com vistas à garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes, como prevê o Artigo 17 do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Art. 17. Os serviços e programas de execução de medidas específicas de proteção de direitos humanos têm caráter de atendimento inicial, integrado e emergencial, desenvolvendo ações que visem prevenir a ocorrência de ameaças e violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes e atender às vítimas imediatamente após a ocorrência dessas ameaças e violações.

§ 1º Esses programas e serviços ficam à disposição dos órgãos competentes do Poder Judiciário e dos conselhos tutelares, para a execução de medidas específicas de proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente; podendo, todavia receber diretamente crianças e adolescentes, em caráter excepcional e de urgência, sem previa determinação da autoridade competente, fazendo, porém a devida comunicação do fato a essa autoridade, até o segundo dia útil imediato, na forma da lei citada. (BRASIL, 2006c, Art. 17)

Ou seja, as instituições de acolhimento funcionam a disposição dos Conselhos Tutelares e do Poder Judiciário para que medidas de proteção à criança e ao adolescente possam ser aplicadas a essas vítimas.

Visto o que é uma casa de acolhimento institucional, a seguir apresentaremos como estas instituições se organizam.

1.1.3 Como se organizam as casas de acolhimento

A organização das casas de acolhimento acontece de acordo com o ECA e com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente (BRASIL, 2010), que foi aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelo CONANDA, e alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 2, de 16 de setembro de 2010.

Apresentaremos a seguir o que diz o ECA e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente (BRASIL, 2010) sobre as casas de acolhimento institucional.

1.1.3.1. Estatuto da Criança e do Adolescente

De acordo com o ECA, as casas de acolhimento devem garantir um ambiente que proporcione um desenvolvimento integral, assim como uma convivência familiar e comunitária para os acolhidos.

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990, Art. 19)

Também consta no ECA que os coordenadores das casas de acolhimento são os guardiões legais dos acolhidos, segundo o primeiro parágrafo do artigo 92: “O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.” (BRASIL, 1990, Art. 92)

E, por fim, o ECA define 9 princípios que devem ser seguidos pelas casas de acolhimento também no artigo 92.

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
V - não desmembramento de grupos de irmãos;
VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
VII - participação na vida da comunidade local;
VIII - preparação gradativa para o desligamento;
IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
(BRASIL, 1990, Art. 92)

1.1.3.2 Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

As Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), apoiadas no ECA, descrevem de forma minuciosa o que são as casas de acolhimento, como funcionam e como se organizam, apontando normas que devem ser seguidas por estas instituições.

A seguir, é possível conferir os parâmetros estabelecidos em relação ao espaço físico e aos funcionários destas instituições.

1.1.3.2.1 Espaço físico

Em relação ao espaço físico, as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) relata que são permitidas no máximo 20 crianças e adolescentes por casa. Assim como que as casas de acolhimento devem se localizar áreas residenciais, preferencialmente sem se distanciar, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem dos acolhidos, tendo aspecto semelhante ao de uma residência, e não tendo placas indicativas da sua natureza institucional.

Também consta nas orientações que os espaços mínimos sugeridos para as casas de acolhimento são, basicamente: Quartos, que acomodem no máximo 6 pessoas e possua moveis individuais para cada acolhido. Sala de estar e de jantar, que acomode todos os acolhidos e seus cuidadores. Banheiro, um para cada 6 pessoas, e um específico para os funcionários. Cozinha, área externa, sala para reuniões e salas para as atividades administrativas.

1.1.3.2.2 Funcionários

Em relação aos funcionários, as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) relata que são necessários: Um coordenador para cada unidade de acolhimento, com ensino superior, que será responsável, principalmente, por realizar:

Gestão da entidade, elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço, organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos, articulação com a rede de serviço e articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. (BRASIL, 2010, p. 65)

Duas pessoas para compor a equipe técnica, com ensino superior, que tem como principais a serem desenvolvidas:

Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos

educadores/cuidadores; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: I. Possibilidades de reintegração familiar; II. Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, III. Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (BRASIL, 2010, p. 65)

Dois educadores/cuidadores, por turno, com ensino médio e capacitação, que realizarão:

Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior. (BRASIL, 2010, p. 66)

E, por fim, dois auxiliares de educador/cuidador, por turno, com nível fundamental, que realizarão: “Apoio às funções do cuidador; Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros).” (BRASIL, 2010, p. 67)

É importante relatar também que a quantidade de funcionários deverá ser aumentada quando houver acolhidos que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas ou idade inferior a um ano).

Tendo apresentado o nosso campo de pesquisa, relatando a trajetória da institucionalização das crianças e dos adolescentes no Brasil até surgirem as casas de acolhimento institucional, o que são estas casas e como se organizam, apresentaremos a seguir o nosso objeto de estudo, discorrendo sobre a nossa concepção de Pedagogia e pedagogo(a).

1.2 A PEDAGOGIA E OS(AS) PEDAGOGOS(AS)

Neste tópico, trataremos brevemente da concepção de Pedagogia e de pedagogo(a) adotada nesta pesquisa.

A Pedagogia é a ciência que tem como objeto de estudo a educação, as práticas educativas e o processo de ensino aprendizagem. Segundo Libâneo (2001), a Pedagogia é

[...] o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. (p. 6)

Ou seja, a Pedagogia, diferente do que muitos pensam, se ocupa de muito mais do que apenas práticas escolares, pois ela é “um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.” (LIBÂNEO, 2001, p. 6)

E como a educação é um campo bastante vasto, visto que práticas educativas acontecem em muitos lugares, de diferentes formas e com diferentes propósitos, logo, o curso de Pedagogia deve formar profissionais para atuar com os diversos processos educativos presentes nos mais diversos locais da sociedade. Segundo Libâneo (1999)

O curso de pedagogia destinar-se-á à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não-escolares. (p. 242)

Por isso, podemos afirmar que o profissional formado em Pedagogia, o(a) pedagogo(a), possui qualificação para atuar em locais que lidem com práticas educativas intencionais. Sobre isso, Libâneo (2001) afirma que o(a) pedagogo(a) é

[...] o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana. [...] qualificado para atuar em vários campos educativos, para atender demandas socioeducativas (de tipo formal, não-formal e informal) decorrentes de novas realidades. (p. 11-12)

Ou seja, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão amplo quanto às práticas educativas existentes na sociedade.

Tendo esclarecido, brevemente, a nossa concepção de Pedagogia e de pedagogo(a), apresentaremos a seguir uma busca que realizamos por pesquisas que

se aproximassem da nossa temática de estudo, que é a atuação dos pedagogos em casas de acolhimento institucional, com o objetivo de apresentar o estado atual de conhecimento sobre nosso tema.

CAPÍTULO 2: ESTADO DA ARTE – UMA BUSCA POR PESQUISAS QUE SE APROXIMAM DA NOSSA TEMÁTICA DE ESTUDO

Neste capítulo, apresentaremos o estado da arte da nossa temática de estudo, entendendo como estado da arte uma apresentação do estado de conhecimento sobre um determinado tema. Tendo isso em mente e em concordância com Alves (1992), que diz que:

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva de uma comunidade científica, um processo de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. (p. 54)

Foi realizado um levantamento de pesquisas que se aproximam do nosso tema, buscando tomar conhecimento e apresentar as discussões atuais acerca da nossa temática de estudo. Ou seja, pesquisamos trabalhos sobre a atuação dos pedagogos em casas de acolhimento institucional. Para isso, realizamos uma busca pelos assuntos “pedagogos e casas de acolhimento” e “pedagogos e acolhimento institucional” no catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e no Google Acadêmico. Utilizamos como delimitação os dez últimos anos (2011 – 2021).

Após a utilização dos filtros indicados, percorremos as seguintes etapas: inicialmente realizamos a leitura dos títulos dos trabalhos e, em seguida, selecionamos os que mais se aproximavam da nossa temática de estudo por meio da leitura dos resumos. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de trabalhos que selecionamos, considerando a maior relevância para a nossa temática de estudo, por base de dados consultada.

Quadro 1 – Quantitativo de trabalhos selecionados em cada base de dados consultada:

BASE DE DADOS	QUANTITATIVO DE TRABALHOS ENCONTRADOS
CAPES	0
ANPED	0
BDTD	1

GOOGLE ACADÊMICO	11
------------------	----

Ao tentar encontrar pesquisas que se aproximassem da nossa temática de estudo, nos deparamos com uma escassez de material. Enquanto alguns temas possuem dezenas ou até mesmo centenas de pesquisas disponibilizadas em diversos bancos de dados, do nosso tema, só foi possível encontrar praticamente uma dezena de pesquisas. Conferimos as referências das pesquisas encontradas objetivando encontrar mais algumas pesquisas que se aproximassem da nossa temática de estudo, mas percebemos que uma pesquisa referenciava outra que já havíamos encontrado. Por fim, decidimos utilizar todas as pesquisas encontradas para compor o estado da arte, as onze encontradas no Google Acadêmico e uma encontrada na BDTD.

No quadro abaixo é possível conferir a relação das pesquisas selecionadas e seus respectivos dados de identificação em ordem crescente de publicação, ou seja, começando pelas pesquisas mais antigas, até as mais atuais.

Quadro 2 – Relação das pesquisas selecionadas para compor o estado da arte:

TÍTULO	AUTOR/ANO	INSTITUIÇÃO
A práxis pedagógica em abrigos	Izar (2011)	Universidade de São Paulo
Pedagogia dos vínculos	Gonçalves (2014)	Universidade Federal da Paraíba
A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES	Pereira (2013)	Universidade Federal do Espírito Santo
Instituições de acolhimento e seu potencial educativo	Andrioli e Löhr (2014)	Universidade Federal do Paraná
Pedagogos(as) em instituições de acolhimento	Chesini (2015)	Universidade Federal do Paraná
O papel e a atuação do coordenador pedagógico em casa de acolhimento institucional entre os anos 2014-2015	Farias, Souto e Araújo (2018)	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Pernambuco
O pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento	Vitorino (2018)	Universidade Federal da Paraíba

O papel do(a) pedagogo(a) em casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes	Lira (2018)	Universidade Federal da Paraíba
Atribuições do pedagogo em abrigo infantil	Kohn, Souza, Vieira e Menezes (2019)	FAE Centro Universitário
O papel do pedagogo em abrigos institucional	Sousa, Almeida, Amorim, Silva e Reis (2019)	Universidade do Estado de Minas Gerais
Pedagogia social	Stadle, Santos e Silva (2019)	Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Possibilidades de atuação do pedagogo em uma instituição de acolhimento	Batista (2020)	UniEVANGÉLICA

Utilizando as pesquisas apresentadas no quadro acima, apresentaremos a seguir o que estas relatam sobre o papel dos pedagogos nas casas de acolhimento institucional.

2.1 O QUE REVELAM AS PESQUISAS SOBRE O PAPEL DOS(AS) PEDAGOGOS(AS) NAS CASAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Neste tópico, apresentaremos o que as pesquisas selecionadas para compor o estado da arte revelam sobre o papel dos(as) pedagogos(as) nas casas de acolhimento institucional.

Ao ler e reler as pesquisas selecionadas foi possível separá-las em três categorias, por apresentarem três pontos principais que são encontrados em comum entre algumas destas. O primeiro ponto é considerar necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento. O segundo ponto é o questionamento e/ou lamento pela falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento. E o terceiro ponto percebido é a manifestação do desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal. A seguir, é possível conferir o que dizem as pesquisas selecionadas por categoria.

2.1.1 Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento

Todas as pesquisas selecionadas consideram necessária a presença de pelo menos um(a) Licenciado(a) em Pedagogia na equipe técnica de uma casa de acolhimento institucional.

Kohn, Souza, Vieira e Menezes (2019) afirmam que “as leis vigentes em relação à educação e proteção das crianças, garantem a sua promoção e o desenvolvimento integral de cada indivíduo” (p. 523), citando o artigo 205, da Constituição de 1988, no qual está escrito que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Apoiando-se nisto, as autoras relatam que “neste contexto conclui-se que, o direito a educação é garantido, é fundamental para a formação integral das crianças e o pedagogo tem um importante papel nesse contexto.” (Kohn et al, 2019, p. 521)

As autoras acreditam que o(a) profissional Licenciado(a) em Pedagogia seja um(a) profissional indispensável para que o direito ao desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional seja garantido. Visto que o pedagogo(a) tem formação para atuar proporcionando e avaliando esse desenvolvimento.

Já Batista (2020) afirma que a educação é um instrumento importante para a formação de valores e princípios das crianças e adolescentes institucionalizados, e que essa educação deve ser proporcionada em todos os momentos, respeitando as faixas etárias, as histórias de vida e os contextos. E, por isso, a autora conclui que

É importante que as instituições promovam a educação integral dos acolhidos através de uma equipe assistida por um pedagogo, não só para ajudar na realização das tarefas escolares, reforço escolar, mas como mediador juntamente com os dirigentes e cuidadores agindo por meio da educação informal e não formal. (p. 13)

Enquanto Vitorino (2018) afirma que o(a) pedagogo(a) é o profissional que atua em várias vertentes da educação, objetivando a formação humana e destaca a necessidade da mediação pedagógica em casas de acolhimento institucional, tendo

como estratégia o acompanhamento pedagógico personalizado. A autora defende que essa estratégia pode garantir uma educação de qualidade e a diminuição da evasão escolar.

Por fim, Sousa, Almeida, Amorim, Silva e Reis (2019) trazem o termo Pedagogia Social no lugar de educação não formal, e conceituam breve e resumidamente como a educação ou os processos educativos que acontecem fora do ambiente escolar, mas que não é menos importante por isso. Os autores concluem afirmando que

O pedagogo e suas contribuições dentro de um abrigo institucional são de grande relevância, principalmente, no que diz respeito à (re)socialização e à formação dessas crianças e adolescentes durante o período que estão acolhidos na instituição. Este, então, será o responsável por garantir a educação e o seu desenvolvimento, mediando e compreendendo as situações dentro do abrigo, na escola e na sociedade. (p. 18)

Ou seja, é possível perceber que os autores acreditam na necessidade de se ter um(a) pedagogo(a) presente nas casas de acolhimento institucional por diversos motivos e demandas diferentes, mas podemos resumir afirmando que este profissional se faz necessário nas instituições devido as demandas educativas do local. Tendo isto em mente, apresentaremos a seguir o que relatam as pesquisas sobre a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento.

2.1.2 Pesquisas que questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento

Das doze pesquisas selecionadas, sete questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de um pedagogo(a) nas equipes técnicas das casas de acolhimento, segundo as Orientações Técnicas para o Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), documento que contém as normas para o funcionamento das casas.

Andrioli e Löhr (2014) relatam que enquanto é cada vez mais cobrado que os profissionais da educação formal tenham uma formação específica, por outro lado não é cobrado nenhuma formação específica para atuar em contato direto com crianças e adolescentes institucionalizados. As autoras afirmam que

A formação específica é necessária para profissionais da equipe técnica das instituições, conforme exigências da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (BRASIL, 2006b) e das Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), mas, sequer, é exigido um pedagogo para constituir essa equipe e contribuir com as reflexões e práticas (des)educativas que ocorrem nesses espaços. (p. 205)

Segundo as autoras, embora não haja a obrigatoriedade de um(a) pedagogo(a) nas casas de acolhimento institucional, é inegável que a rotina das casas envolve educação e práticas educativas, o que faz com que a demanda do local aponte em uma direção contrária da legislação das instituições. Por fim, Andrioli e Löhr (2014) concluem que

Já que a Pedagogia se preocupa com métodos e maneiras de fazer educação, bem como com a totalidade da problemática educativa e sua historicidade, além de orientar a ação educativa, pode-se inferir que o profissional com essa formação tem muito a contribuir com as instituições de acolhimento. (p. 220)

Já Farias, Souto e Araújo (2018), buscaram refletir sobre a atuação do(a) profissional Licenciado(a) em Pedagogia como coordenador pedagógico nas casas de acolhimento institucional, e afirmam que

No que refere ao acolhimento institucional, o profissional pedagogo deve fazer parte de uma equipe multiprofissional, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA) e o documento elaborado pelo MDS, o qual contém as orientações técnicas para o funcionamento das instituições de Acolhimento Institucional. (p. 2)

Os autores deduziram que o ECA e as Orientações Técnicas para o Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) pedem a presença de um(a) pedagogo(a) no quadro de funcionários das instituições de acolhimento, mesmo sem que isto esteja escrito, visto que o ECA garante um desenvolvimento pleno aos institucionalizados e no documento elaborado pelo MDS constam várias atividades que seriam bem executadas por um(a) Licenciado(a) em Pedagogia.

Mais adiante, Farias, Souto e Araújo (2018) concluem que “esta função do pedagogo como coordenador pedagógico se faz cada vez mais necessária, visto que, educadores sociais e acolhidos não se bastam.” (p. 16)

Enquanto Chesini (2015) relata que o(a) profissional Licenciado(a) em Pedagogia não é mencionado como obrigatório nas casas de acolhimento institucional nos documentos que ditam as normas dessas instituições. Mas afirma que “diversas atividades descritas nos referidos documentos poderiam ser desenvolvidas e(ou) receber suporte desse profissional” (p. 37)

Ou seja, é possível perceber que embora o(a) profissional formado(a) em Pedagogia não seja solicitado nas normas que regem as casas de acolhimento institucional, os autores acreditam que as demandas existentes nessas instituições solicitam este(a) profissional. Dito isto, apresentaremos a seguir o que relatam as pesquisas sobre o curso de Pedagogia.

2.1.3 Pesquisas que manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal

Das doze pesquisas selecionadas, cinco relatam o desejo de que os Cursos de Pedagogia abordem mais o tema da educação não formal nas salas de aula, contemplando de uma forma melhor as variadas possibilidades de atuação de um(a) pedagogo(a) em ambientes não formais de educação.

Lira (2018) relata que os cursos de Pedagogia não trazem fundamentos necessários para estruturar as práticas desenvolvidas com os diversos sujeitos e ambientes educativos. E, por isso, se torna ainda mais desafiador para um(a) pedagogo(a) exercer uma função nas casas de acolhimento. Por fim, a autora conclui que

É preciso repensar o modelo de cuidado institucional na interface com a educação. É preciso permitir-se ser afetado através da humanização e afetar o outro com sua influência, acreditar que é possível à transformação através da educação. É preciso profissionais qualificados para estarem nestes locais, tão vulneráveis de amor e afeto, compaixão e cuidado, respeito e compreensão da cidadania. (p. 61)

Já Stadler, Santos e Silva (2019) relatam que no Brasil, somente após a promulgação da LDB nº 9.394/1996 foi exigido que os currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia tenham disciplinas que mostrem a possibilidade da atuação de pedagogos(as) em espaços não formais de educação. Porém, os autores afirmam que

Pensando na formação acadêmica do profissional que trabalha na Pedagogia Social, no Brasil, pode-se dizer que os cursos de Licenciatura em Pedagogia não oferecem uma sólida formação dialética teórico-prática (práxis) voltada para a capacitação desses profissionais para atuar na área social ou em espaços não formais de educação, ou, quando oferecem, as disciplinas curriculares existentes são insuficientes para uma boa práxis da educação social. Quando se trata do curso de Licenciatura em Pedagogia, os(as)

acadêmicos(as), salvo raras exceções, vão para os estágios curriculares supervisionados apenas em espaços escolares formais, não tendo contato direto com os espaços não formais de educação onde acontece, de fato, a Pedagogia Social. (p. 6)

Enquanto Izar (2011) relata que o curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil prioriza a formação para a atuação nos ambientes escolares, sendo raros os momentos em que abordam a educação não formal em seus currículos. A autora afirma que

Dessa forma, os educadores que optam por trabalharem em espaços sociais acabam por se formarem empiricamente nos locais em que trabalham, através do conhecimento adquirido no dia-a-dia. Essa formação nem sempre é a mais adequada, pois em geral, trata-se da reprodução do que veem sendo feito, nem sempre acompanhada de uma análise crítica da situação. Sem desconsiderar o esforço e dedicação de tantos profissionais realmente envolvidos e engajados com as questões sociais, é preciso se questionar quantos não foram os erros cometidos com vidas humanas para que se chegasse a uma metodologia de trabalho propositiva e funcional, quando esta realmente o é. (p. 103)

Izar (2011) acrescenta que por isso se faz necessário cursos de formação de nível superior e técnico, que qualifiquem os profissionais para trabalharem nas casas de acolhimento institucional.

Pereira (2013) relata que as novas DCNs para o curso de Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP n.º 01/2006, trazem como base do Curso à docência, mas pode-se notar a abrangência da formação proposta, que possibilita a atuação do(a) pedagogo(a) em contextos escolares e não escolares. Diante disso, a autora afirma que há o desafio de formar profissionais para atuarem no contexto não escolar, o que é uma demanda da sociedade atual, que necessita da atuação desse profissional em outras áreas.

Enquanto Gonçalves (2014) afirma que os cursos de Pedagogia oferecem somente bases mínimas para que os profissionais atuem em diferentes locais que não sejam ambientes escolares, ou seja, locais de educação não formal, pois os cursos ainda priorizam muito à docência. A autora conclui que

Uma vez que tivemos uma compreensão de quem é o Pedagogo, qual a sua formação, visão e campo de atuação. Constatamos que seu campo de atuação é amplo na sociedade atual, tomando direções diversas, o que nos faz refletir e perceber que o Curso de Graduação em Pedagogia não tem acompanhado essas mudanças, no sentido de preparar o profissional para atender esse mercado de trabalho. (p. 51)

Ou seja, é possível perceber que os autores concordam com a afirmação de que os cursos de Pedagogia não preparam completamente o(a) profissional para atuar

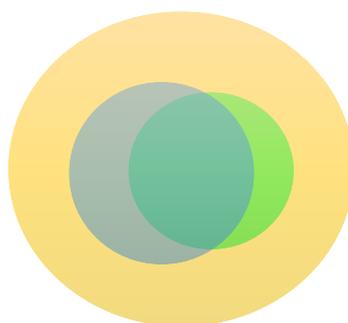
em ambientes não formais de educação, e que isso pode ser mudado. Porém o curso fornece bases mínimas para que essa atuação seja possível.

Tendo em mente as pesquisas e as categorias apresentadas acima, apresentaremos a seguir como estas se relacionam entre si.

2.1.4 Como as pesquisas selecionadas se relacionam entre si

A seguir é possível conferir um diagrama que representa a relação entre as pesquisas selecionadas. Sendo doze pesquisas no total, das quais todas consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento, sete consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento, cinco consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal e quatro consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento, questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal.

Ilustração 1 – Diagrama que representa a relação entre as pesquisas selecionadas



Fonte: Elaborado pela autora.

- Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento.
- Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento.
- Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal.

- Pesquisas que consideram necessária a presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento, questionam e/ou lamentam a falta da obrigatoriedade da presença de pedagogos(as) nas casas de acolhimento e manifestam o desejo de que o curso de Pedagogia contemple mais a educação não formal.

Considerando todo o referencial teórico construído, o capítulo a seguir discorrerá sobre o caminho teórico metodológico que esta pesquisa percorrerá, detalhando desde a natureza da pesquisa, a abordagem utilizada, as fases da pesquisa, assim como o campo de investigação, os participantes da pesquisa, os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados e o plano de análise de dados.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA – TRAÇANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Esse capítulo tem como objetivo apresentar os caminhos teóricos-metodológicos escolhidos para a realização desta pesquisa. Quando se fala de metodologia, não queremos classificar a pesquisa de forma apressada, nem afirmar que existe um único caminho a ser trilhado, ou no qual a pesquisa se enquadre perfeitamente, pois como afirma André (2013):

O que parece estar presente na cultura acadêmica, pelo menos para o pós-graduando, é uma convicção de que é necessário e obrigatório dar um nome a sua pesquisa. Acontece que nem sempre existe uma classe – ou tipificação – em que se pode enquadrar a pesquisa! (p. 96).

E é com essa concepção de construção permanente de uma metodologia, em concordância com André (2013) quando afirma que a atribuição de um nome não estabelece o rigor metodológico da pesquisa, mas sim a explicitação dos passos seguidos em sua realização que essa metodologia será traçada.

Utilizaremos de uma abordagem qualitativa, em função da pesquisa ter como objetivo compreender o caso a partir de uma perspectiva que considera os sujeitos, os processos sociais e os significados dos fenômenos, baseado na concepção de abordagem qualitativa de André (2013) e Pádua (2012):

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. (ANDRÉ, 2013, p. 97)

Em concordância com André (2013), compreendemos que o processo de investigação é interativo, com o campo estudado, seus sujeitos e com os autores e documentos que fundamentam a pesquisa.

As pesquisas qualitativas têm se preocupado com o *significado* dos fenômenos e processos, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais. (PÁDUA, 2012, p. 36)

E em concordância com Pádua (2012), consideramos os dados coletados não passivos, mas cheios de motivações e significados.

Mas especificamente, seguiremos com uma abordagem de estudo de caso, pois temos como princípio “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões” (ANDRÉ, 2013, p. 97). E para isto, utilizaremos

diversos procedimentos metodológicos, a fim de conseguir captar os múltiplos aspectos relevantes para a pesquisa. Tendo em mente que, o estudo de uma realidade pode ajudar a compreender outras realidades.

Por fim, a pesquisa seguirá as três fases seguintes, baseado em Nisbett e Watts (1978) apud André (2013), a fase exploratória, que consiste na escolha do caso, a fase de coleta de dados, que consiste na aplicação dos instrumentos para a obtenção dos dados e, por fim, a fase de análise dos dados, a fim de refletir sobre os dados da pesquisa. No quadro abaixo, pode-se conferir a descrição de cada uma das três fases da pesquisa.

Quadro 3 – Descrição das fases da pesquisa:

FASE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
Fase exploratória.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do campo de pesquisa; • Pesquisa breve sobre o campo de pesquisa; • Primeiro contato com o campo de pesquisa; • Definição do problema, da hipótese e dos objetivos da pesquisa; • Definição dos participantes da pesquisa; • Estabelecimento dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados.
Fase de coleta de dados.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação dos instrumentos para a coleta de dados com os participantes da pesquisa; • Construção do referencial teórico.
Fase de análise de dados.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e aplicação do plano de análise de dados. • Construção dos resultados da pesquisa.

Tendo isto em mente, apresentaremos nos tópicos a seguir o campo de investigação, os participantes da pesquisa, os instrumentos para a coleta de dados e o plano de análise de dados.

3.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Como apontado anteriormente, esta pesquisa tem como caso a ser estudado a atuação do(a) pedagogo(a) em uma casa de acolhimento institucional, utilizando como campo de investigação uma casa de acolhimento da cidade de Jaboatão de Guararapes – PE. A casa de acolhimento escolhida como campo para a pesquisa foi selecionada pelo critério de possuir uma pedagoga em seu quadro de funcionários. Tendo o campo de investigação definido, no tópico a seguir apresentaremos os participantes da pesquisa.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na fase da coleta de dados, participarão da pesquisa alguns funcionários da casa de acolhimento de Jaboatão dos Guararapes – PE, que são: A diretora, a coordenadora, a equipe técnica (que é formada pela pedagoga, a psicóloga e a assistente social) e alguns cuidadores, a fim de caracterizar os profissionais que atuam na casa de acolhimento e quais as suas funções, e também para que possamos, a partir dos próprios sujeitos participantes da pesquisa, contribuir para a construção dos objetivos específicos. Ressaltamos que todos os participantes da pesquisa assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no ato da participação. Tendo os participantes da pesquisa definidos, apresentaremos a seguir os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados.

3.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DOS DADOS

Neste tópico, apresentaremos primeiro os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados e, em seguida, apresentaremos a relação destes instrumentos com os objetivos específicos da pesquisa.

Os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados foram escolhidos baseados em Ludke e André (1986). Listamos a seguir quais instrumentos serão utilizados, conceituando-os, descrevendo brevemente como serão utilizados e indicando seus respectivos apêndices.

Utilizaremos a observação total, que consiste na observação realizada sem estabelecer relações interpessoais, e que será estruturada com antecedência, em um roteiro com dois pontos: “o que” e “como observar” (Ver APÊNDICE A). As observações serão registradas com anotações escritas e serão utilizadas para descrever a casa de acolhimento, eventos específicos que ajudem na construção da pesquisa, assim como atividades e falas realizadas pelos funcionários da casa. Segundo Ludke e André (1986) “O ‘observador total’, em geral, não vai encontrar muitos problemas, já que ele ou não está à vista do grupo ou está exercendo declaradamente um papel de observador.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 32)

O questionário (Ver APÊNDICE B), que consiste em uma série de questões breves e que podem ser rapidamente respondidas, e que será composto por questões abertas e fechadas de cunho pessoal, visando traçar, de maneira objetiva, o perfil dos funcionários das casas de acolhimento.

E, por fim, a entrevista semiestruturada, que consiste em uma entrevista que possui um roteiro pré-definido (Ver APÊNDICE C), mas que é flexível para que mais perguntas possam ser acrescentadas durante as entrevistas se houver necessidade. As entrevistas serão gravadas enquanto aplicadas, e após isso, ou se possível durante a entrevista, serão transcritas considerando também aspectos além da fala oral, para que mais do que só a oralidade possa ser captada, pois segundo Ludke e André (1986):

A gravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado. Por outro lado, ela só registra as expressões orais, deixando de lado as expressões faciais, os gestos, as mudanças de postura. (p. 37)

Tendo em mente os instrumentos de coleta dos dados que serão utilizados, no quadro abaixo, pode-se conferir a relação entre os objetivos específicos da pesquisa e estes instrumentos.

Quadro 4 – Relação entre os objetivos da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados:

OBJETIVO DA PESQUISA	INSTRUMENTO(S) DE COLETA DOS DADOS
Caracterizar uma casa de acolhimento e como se dá a sua organização.	Observação total.
Mapear quais profissionais atuam nessa casa de acolhimento e quais as suas funções.	Questionário e Entrevista semiestruturada.
Analisar a atuação do pedagogo(a) na casa de acolhimento.	Observação total e Entrevista semiestruturada.

Tendo apresentado os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados e sua relação com os objetivos específicos da pesquisa, a seguir apresentaremos o plano de análise de dados.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de todos os dados da pesquisa, se dará início a fase de análise de dados. Utilizaremos as etapas sugeridas por Alves e Silva (1992) para a realização dessa fase, que se inicia pela sistematização dos dados

Para iniciar o trabalho nessa etapa o pesquisador se vê pressionado a retomar seus pressupostos, e três são suas guias mestras: 1 — As questões advindas do seu problema de pesquisa (o que ele indaga, o que quer saber); 2 — As formulações da abordagem conceitual que adota (gerando pólos específicos de interesse e interpretações possíveis para os dados); 3 — A própria realidade sob estudo (que exige um "espaço" para mostrar suas evidências e consistências). O momento de sistematização é pois um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e entrecruzando até que a análise atinja pontos de "desenho significativo de um quadro", multifacetado sim, mas passível de visões compreensíveis. (ALVES; SILVA, 1992, p. 65)

Ou seja, nessa etapa é realizada a leitura de todos os dados coletados, e a seguir é feita uma seleção dos dados mais relevantes para a pesquisa, ao mesmo tempo em que acontece a relação desses dados com a fundamentação teórica.

Terminada a sistematização dos dados, pode-se iniciar a última etapa, que é a escrita dos resultados da pesquisa. Segundo Aries (1973) apud Alves e Silva (1992)

Redigir significa, na análise qualitativa, a sua concretização: há a eleição de tópicos e temas, uma seqüência de narrativa ancorada na literatura e nas próprias verbalizações dos sujeitos, em que o cuidado com a linguagem fica

por conta de elaborar uma redação coerente e fluida que encaminhe o leitor para a compreensão, análise e crítica do texto. (1992, p. 67)

Ou seja, nessa etapa, será elaborado o texto que vai compor os resultados da pesquisa, que tem como objetivo conduzir o leitor a compreensão da análise dos dados coletados.

Tendo definido os processos metodológicos desta pesquisa, o capítulo a seguir tratará da análise dos dados coletados.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, apresentaremos as discussões em relação aos dados coletados. A seguir, os resultados serão apresentados em três tópicos, utilizando como categorização os objetivos específicos da pesquisa. Ou seja, começaremos apresentando a caracterização da casa de acolhimento estudada e sua organização, seguida do mapeamento dos profissionais que atuam nesta casa, de como começaram a atuar na área de acolhimento institucional e quais as suas funções e, por fim, apresentaremos a análise da atuação da pedagoga na casa de acolhimento.

4.1 A INSTITUIÇÃO – UMA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Neste tópico, descreveremos a casa de acolhimento institucional escolhida como campo de investigação, desde sua origem, até seu funcionamento e sua infraestrutura, relacionando estes dados com as normas que regem estas instituições, que são as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010).

A casa de acolhimento institucional escolhida como campo de investigação fica localizada na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE, em uma área residencial, com aspectos de uma residência, seguindo o padrão de moradias da região, e não possui qualquer tipo de placa de identificação da natureza institucional do local, seguindo as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) que diz que as instituições devem ser localizadas em “áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos.” (p. 68) Assim como diz que a instituição

Deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários. (p. 68)

A instituição foi fundada há 25 anos, em 1996, pela atual diretora. A casa de acolhimento é uma organização sem fins lucrativos, ou seja, é uma instituição que faz parte do terceiro setor, e possui convênio com a Prefeitura Municipal de Jabotão dos Guararapes, sendo o convênio um acordo firmado entre a Prefeitura e uma entidade sem fins lucrativos, para buscar objetivos de interesse comum entre as partes. A partir desse convênio, a instituição pode funcionar legalmente e recebe o direito a verba para alimentação, pagamento dos funcionários, ofertas de capacitações, e entre outras despesas da casa. Assim como, a instituição, também tem o dever de seguir as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) e servir a estes indivíduos de acordo com a demanda da sociedade.

A instituição é mista, atendendo a crianças e adolescentes de ambos os sexos entre 0 e 18 anos de idade. O número de acolhidos é muito instável, variando praticamente toda semana, diminuindo ou aumentando, de acordo com a demanda da sociedade e com a dinâmica da casa, de adoção, reintegração familiar, e entre outras. Mas de acordo com as observações feitas, e os depoimentos colhidos dos funcionários da casa, o número de acolhidos gira em torno de 30. O que infelizmente não é o ideal de acordo com as normas que regem a casa de acolhimento, que diz que o número máximo de acolhidos deve ser 20.

A casa de acolhimento em questão possui em sua infraestrutura: uma sala administrativa, uma sala para a equipe técnica, uma sala de reuniões, uma sala de estar, uma sala de atendimento especializado, quatro dormitórios para os acolhidos, um dormitório para os educadores/cuidadores, três banheiros para os acolhidos, um banheiro para os funcionários, uma área de recreação externa, um refeitório, uma cozinha, uma dispensa e uma lavanderia.

O quadro a seguir apresenta um comparativo entre a infraestrutura solicitada pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010, p. 72) e a infraestrutura da instituição em questão.

Quadro 5 – Comparação da infraestrutura solicitada pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a infraestrutura da casa de acolhimento estudada:

CÔMODO	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CASA DE ACOLHIMENTO ESTUDADA
Quartos	Cada quarto para no máximo 6 acolhidos	Cada quarto com, em média, 7 acolhidos
Sala de estar ou similar	Espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores	Espaço utilizado como uma recepção para os visitantes
Sala de jantar/copa	Espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores	Espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores
Ambiente para estudos	Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes	A sala de jantar é adaptada nos momentos de estudo
Banheiro	Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes e 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários	Cada banheiro para, em média, 10 acolhidos e 1 banheiro para os funcionários
Cozinha	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de serviço	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do

	abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.	abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa	Espaço que possibilita o convívio e brincadeiras	Espaço que possibilita o convívio e brincadeiras
Sala para equipe técnica	Espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica	Espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica
Sala de coordenação/atividades administrativas	Espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas	Espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas
Sala/espço para reuniões	Espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem	Espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem

Como é possível perceber, alguns pontos da infraestrutura solicitada pelas normas que regem as instituições de acolhimento não são atendidos pela casa de acolhimento em questão, como a quantidade de banheiros e de quartos, devido ao número de acolhidos que é incompatível com o tamanho do local.

A casa de acolhimento estudada se encontra basicamente dentro de todos os parâmetros requeridos pelas normas em relação ao funcionamento do atendimento aos acolhidos e a infraestrutura, se distanciando dos parâmetros apenas devido a demanda de acolhimentos que foge da capacidade do local. No tópico a seguir, continuaremos discorrendo sobre a instituição, apresentando o mapeamento dos seus funcionários e suas funções.

4.2 OS FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO – QUEM SÃO E COMO ATUAM?

Neste tópico, apresentaremos os funcionários que atuam na casa de acolhimento escolhida como campo de investigação. Em um primeiro momento,

traçaremos o perfil destes indivíduos, após isso, relataremos como estes começaram a atuar em instituições de acolhimento e suas funções na instituição.

A casa de acolhimento possui uma diretora, que é a fundadora da instituição, uma coordenadora, uma equipe técnica composta por três pessoas e dez educadores/cuidadores.

A instituição não possui auxiliares de educadores/cuidadores, como solicita as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), apenas educadores/cuidadores.

No quadro a seguir, é possível conferir a relação dos funcionários da casa de acolhimento, com exceção de uma pessoa da equipe técnica e de cinco educadores/cuidadores.

Quadro 6 – Relação dos funcionários da casa de acolhimento estudada:

DIRETORA				
IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA CASA	CAPACITAÇÃO NA ÁREA	COMO FOI CONTRATADO
65	Ensino Superior (Pedagogia)	25 anos	Sim	Fundou a casa
COORDENADORA				
IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA CASA	CAPACITAÇÃO NA ÁREA	COMO FOI CONTRATADO
41	Ensino Superior (Serviço Social)	23 anos (Tempo de estágio e coordenação)	Sim	Seleção (Já estagiava na casa e participou da seleção)
EQUIPE TÉCNICA				
IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA CASA	CAPACITAÇÃO NA ÁREA	COMO FOI CONTRATADO
45	Ensino Superior (Serviço Social)	5 anos	Sim	Seleção
50	Ensino Superior (Pedagogia)	6 anos	Sim	Seleção
EDUCADORES/CUIDADORES				

IDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA CASA	CAPACITAÇÃO NA ÁREA	COMO FOI CONTRATADO
65	Ensino Médio	25 anos	Não	Indicação da diretora
58	Ensino Fundamental	1 ano	Não	Indicação da diretora
31	Ensino Médio	5 anos	Sim	Indicação da diretora
31	Ensino Fundamental	13 anos	Não	Morava no lar e após os 18 anos foi contratada
22	Ensino Médio	2 anos	Não	Indicação de outros funcionários

A seguir, começaremos traçando o perfil dos funcionários da casa de acolhimento institucional, e em seguida discorreremos sobre a atuação destes na instituição.

4.2.1 Traçando o perfil dos funcionários

A partir dos dados do quadro acima, podemos traçar um perfil dos funcionários da casa de acolhimento. Para isto, separaremos os funcionários em dois grupos: O grupo dos administradores, que vai ser composto pela diretora, a coordenadora e a equipe técnica, e o grupo dos educadores/cuidadores, e utilizaremos os dados de idade, formação e capacitação. Traçaremos primeiro o perfil de idade, depois o de formação e, por fim, o de capacitação dos funcionários.

4.2.1.1 Idade dos funcionários

Para traçar o perfil de idade, consideramos as faixas etárias de 18 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos e 61 a 70 anos.

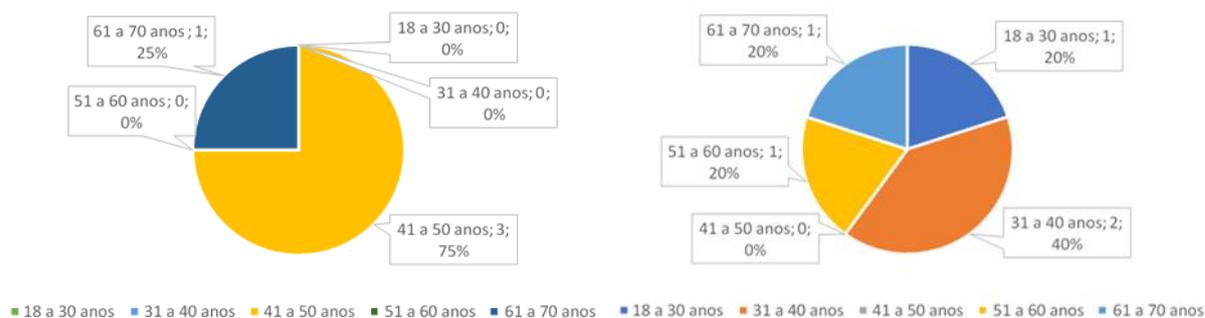
No grupo dos administradores, três pessoas têm entre 41 e 50 anos e uma pessoa tem entre 61 e 70 anos. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, uma

uma pessoa tem entre 18 e 30 anos, duas pessoas têm entre 31 e 40 anos, uma pessoa tem entre 51 e 60 anos e uma pessoa tem entre 61 e 70 anos.

Ou seja, no grupo dos administradores, 75% dos funcionários têm entre 41 e 50 anos, enquanto 25% têm entre 61 e 70 anos. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, 20% têm entre 18 e 30 anos, 40% têm entre 31 e 40 anos, 20% têm entre 51 e 60 anos e 20% têm entre 61 e 70 anos.

Nos gráficos a seguir, é possível conferir a ilustração desses dados, sendo o primeiro gráfico (da esquerda para a direita) correspondente ao grupo dos administradores e o segundo gráfico ao grupo dos educadores/cuidadores.

Ilustração 2 – Gráficos da faixa etária dos funcionários:



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados, podemos perceber que as idades dos funcionários da casa de acolhimento são variadas, porém a faixa etária predominante é de pessoas com idade entre 31 e 50 anos. A seguir, traçaremos o perfil de formação acadêmica dos funcionários da instituição.

4.2.1.2 Formação acadêmica dos funcionários

Para traçar o perfil de formação acadêmica dos funcionários, vamos considerar os níveis de escolaridade: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

No grupo dos administradores, todas as pessoas possuem formação no Ensino Superior. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, duas pessoas possuem

formação no Ensino Fundamental e três pessoas possuem formação no Ensino Médio.

Ou seja, no grupo dos administradores, 100% dos funcionários possuem formação no Ensino Superior. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, 40% dos funcionários possuem formação no Ensino Fundamental e 60% no Ensino Médio.

Nos gráficos a seguir, é possível conferir a ilustração desses dados, sendo o primeiro gráfico (da esquerda para a direita) correspondente ao grupo dos administradores e o segundo gráfico ao grupo dos educadores/cuidadores.

Ilustração 3 – Gráficos da formação acadêmica dos funcionários:



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados, podemos perceber que, em relação à formação acadêmica, o grupo dos administradores, composto pela diretora, a coordenadora e a equipe técnica, está dentro dos parâmetros solicitados pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), que diz que estes funcionários devem possuir formação mínima de nível superior. Porém, o grupo dos educadores/cuidadores está fora destes parâmetros, pois as normas solicitam que estes possuam formação mínima de nível médio, e pelo menos dois funcionários possuem formação somente de nível fundamental.

Chesini (2015) levanta um questionamento sobre a formação mínima exigida para os educadores/cuidadores, afinal, estes funcionários, dentre todos, são os que possuem maior contato direto com as crianças e os adolescentes institucionalizados e, ao mesmo tempo, os que possuem menos formação.

Tais normativas provocam algumas reflexões: para atuar com bebês, crianças e(ou) adolescentes em escolas, é exigido que o profissional tenha uma formação específica. Por que o profissional que atua diretamente com

esse público, nas instituições de acolhimento, não precisa de uma formação maior do que a de nível médio acrescida de capacitação? (CHESINI, 2015, p. 36)

Em concordância com Chesini (2015), Lira (2018) supõe que a pouca formação exigida para os educadores/cuidadores ocorre devido à necessidade de mão de obra barata, e afirma que esta função é muito importante e requer não só uma formação específica, mas uma formação continuada também.

A necessidade de mão de obra barata intensifica essa quantificação de pessoas nesses espaços, mas não os qualifica para o desenvolvimento dessa ação. Sendo necessária formação específica, não somente inicial para a função, mas ações de formação continuada para o desempenho de um papel tão importante que é a participação do processo educativo na vida de outra pessoa, em processo de transição para a fase adulta. (LIRA, 2018, p. 51)

Embora o nível mínimo de escolaridade exigido pelas normas seja baixo, as normas solicitam que sejam realizadas capacitações periódicas para todos os funcionários da instituição. A seguir, apresentaremos se estas capacitações estão acontecendo na casa de acolhimento em questão.

4.2.1.3 Capacitação dos funcionários

Quando perguntados se já realizaram algum tipo de curso ou capacitação para atuar na casa de acolhimento institucional, todas as pessoas do grupo dos administradores responderam que “sim”. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, uma pessoa respondeu que “sim” e quatro responderam que “não”.

Ou seja, no grupo dos administradores, 100% dos funcionários possuem algum tipo de capacitação. Enquanto no grupo dos educadores/cuidadores, 20% possuem algum tipo de capacitação e 80% não possuem nenhum tipo de capacitação.

Nos gráficos a seguir, é possível conferir a ilustração desses dados, sendo o primeiro gráfico (da esquerda para a direita) correspondente ao grupo dos administradores e o segundo gráfico ao grupo dos educadores/cuidadores.

Ilustração 4 – Gráficos da capacitação dos funcionários:



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados, podemos perceber que somente o grupo dos administradores possui capacitação para trabalhar em instituições de acolhimento. Enquanto a grande maioria dos educadores/cuidadores não possui nenhum tipo de capacitação para exercer suas funções.

Segundo as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010)

Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento – incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio - é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas “espírito de solidariedade”, “afeto” e “boa vontade”, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado. Para tanto, é importante que seja oferecida capacitação inicial de qualidade e formação continuada a tais profissionais, especialmente aqueles que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas famílias. (p.63)

Ou seja, é muito preocupante que os educadores/cuidadores não possuam capacitação para atuar na instituição, pois pode afetar a qualidade do serviço prestado aos acolhidos, fazendo com que os direitos dessas crianças e adolescentes sejam violados, ao não estarem em um ambiente com pessoas capacitadas para proporcionar/mediar seu desenvolvimento integral garantido pelo ECA.

Após traçar o perfil dos funcionários da casa de acolhimento, apresentaremos a seguir como estes funcionários atuam nesta instituição.

4.2.2 A atuação dos funcionários na instituição

Discorreremos agora sobre as funções e a atuação dos funcionários da casa de acolhimento institucional por cargo exercido, seguindo a seguinte ordem: diretora,

coordenadora, técnico social e educador/cuidador. Primeiro, vamos relatar como o respectivo funcionário começou a atuar na área de acolhimento institucional e, por fim, apresentaremos suas funções na casa.

4.2.2.1 Diretora

A atual diretora da casa de acolhimento em questão fundou a instituição. Na entrevista, esta relatou que o interesse em atuar na área de acolhimento institucional e fundar a casa surgiu a partir de uma evangelização que era feita com um grupo de amigos para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica residentes do município.

[...] no início era, uma casa de acolhimento era um abrigo, né? Então a gente começou, o que a gente fazia, através de uma amiga minha, a gente fazia evangelização nesse grupo onde agora é o atacadão, aí, que era um antigo mercado público. Aí lá, tinha umas famílias, que o mercado foi abandonado, aí invadiu, aí a gente ia lá falar um pouco, eu levava uma sopa, ia lá conversar, falar um pouco, né? Escutar, primeiramente eu ia mais para escutar. (Fragmento da entrevista realizada com a diretora da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

E ao ser questionada sobre como se dá a sua atuação na instituição, a diretora afirmou que faz um pouco de tudo, dependendo da demanda, mas que se concentra mais em auxiliar os acolhidos no reforço escolar, já que é formada em Pedagogia, e dar suporte aos educadores/cuidadores.

Aqui dentro é tudo. É assim, todas as atividades, é que eu também sou pedagoga, aí eu fico no reforço com eles, fico no, lá, fico com as educadoras também, dando instrução, orientando. Essa parte minha é só mais orientação, todinha. (Fragmento da entrevista realizada com a diretora da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

O cargo de diretora, não é regulamentado pelas normas que regem a instituição, ou seja, este cargo não consta na equipe profissional mínima solicitada pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010). Então, a diretora pode atuar conforme a demanda da casa, auxiliando no que for necessário.

4.2.2.2 Coordenadora

A coordenadora da instituição, ao ser questionada sobre como surgiu o interesse em atuar na casa de acolhimento institucional, respondeu que sentiu a necessidade de estagiar pela universidade porque estava cursando na época Serviço Social e encontrou uma oportunidade na casa de acolhimento em questão, da qual não saiu mais.

Surgiu por conta, assim, da necessidade que eu estava terminando, é, o meu curso de serviço social. Eu sou assistente social. Aí eu precisei de um local para estágio, é porque serviço social tem várias, vários ramos, né? Tem hospitalar, mas aí no terceiro setor, que chama a casa de acolhimento, se chama terceiro setor, aí assim, eu vim na necessidade de estagiar, quando eu vim estagiar aqui, aí eu me apaixonei pelo trabalho do terceiro setor, aí fiquei. De estagiária eu fiquei até hoje. (Fragmento da entrevista realizada com a coordenadora da casa de acolhimento no dia 17 de junho de 2021)

Ou seja, a atual coordenadora foi estagiária da casa e, após terminar seu curso de Serviço Social, participou de uma seleção para a vaga de coordenadora e foi contratada. Logo, seu interesse em atuar na instituição surgiu a partir do seu curso de nível superior.

Quando questionada sobre suas funções na casa, a coordenadora relatou que atua mais na parte administrativa da instituição e dando suporte a equipe técnica.

Bom, ah, eu sou a coordenadora aqui no serviço, então assim, eu faço tanto a parte administrativa como a parte, como eu coordeno também a parte técnica, então assim, é, a parte de compras, de administração da casa, de recebimento de doações, tudo é comigo, e a parte técnica, né? Supervisão da equipe técnica, supervisão de relatórios, reuniões, participação de audiência também com as meninas, participação de, é, grupos de estudo, com as meninas da equipe técnica. (Fragmento da entrevista realizada com a coordenadora da casa de acolhimento no dia 17 de junho de 2021)

A coordenadora, basicamente, atua exercendo as principais atividades para o seu cargo, segundo as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010).

4.2.2.3 Técnico social

A equipe técnica da instituição é composta por três pessoas, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga. A entrevista foi realizada apenas com a assistente social e a pedagoga, devido a psicóloga estar de licença.

Quando questionadas sobre como surgiu o interesse em atuar na casa de acolhimento institucional, as funcionárias responderam, basicamente, que foi através de suas respectivas formações.

É, na verdade, desde a minha formação eu nunca me interessei, nunca senti esse desejo de atuar na área de saúde, então eu realmente seria assistência, né? Aí, tive a oportunidade de conhecer o serviço de acolhimento institucional, né? Na acolhida da criança e do adolescente, e me interessei muito, né? O desejo de trabalhar na perspectiva de luta por garantia de direitos dessas famílias, dessa criança. Então, é esse o viés. (Fragmento da entrevista realizada com a assistente social da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

Desde que eu me formei em Pedagogia, que eu comecei a trabalhar com a pedagogia no social. E, aí, até hoje eu venho trabalhando só em projetos sociais, com a Pedagogia, né? Eu pouco, eu pouco atuei em sala de aula, muito pouco atuei em sala de aula. E aí quando eu tive a primeira oportunidade de trabalhar com o social, aí eu me apaixonei por essa área, e, aí, tô até hoje. (Fragmento da entrevista realizada com a pedagoga da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

E quando questionadas sobre como são as suas atuações na instituição, estas responderam que a equipe técnica atua como um grupo, no qual cada pessoa com sua formação específica ajuda na realização de todas as atividades necessárias.

As atividades, então, o nosso, a nossa atividade é em conjunto, né? É em conjunto com essa equipe. É, e mesmo sendo, olhares, estudos diferentes, mas o propósito é um só, e cada um na sua atuação, né? Dá o seu parecer contribuindo para o relatório social. É, uma visita técnica, um olhar técnico, entrevista social com as famílias, né? Então, a gente participa da rotina também da criança na casa de acolhimento, como o que tá, o que a gente planeja, né? Que é o planejamento mensal pedagógico, e aí, são todas as orientações que a gente repassa pros cidadãos, cobra dos cuidadores, e tem a rotina relacionada a saúde, a documentação das crianças. (Fragmento da entrevista realizada com a assistente social da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

[...] aqui eu sou mas técnica social, né? Mas com formação em Pedagogia, né? Então assim, a gente, ela é técnica social, mas com formação em Serviço Social. Então a gente tende focar mais nas atividades voltadas para essa área. Mas a gente não só atua aqui como, eu não só atuo aqui como pedagoga e nem ela só atua aqui como assistente social, a gente atua como um todo, né? De acordo com as normas técnicas, porque a gente aqui, a gente, o nosso, o nosso, a nossa função é técnica social. (Fragmento da entrevista realizada com a pedagoga da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

Basicamente, a equipe técnica se divide e se organiza entre si para realizar todas as atividades previstas nas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL,2010).

4.2.2.4 Educador/cuidador

Quando questionada sobre como surgiu o interesse em atuar na casa de acolhimento institucional, uma educadora/cuidadora relatou que começou a trabalhar na instituição por gostar de crianças e por sentir a necessidade de ajudar esse público de crianças e adolescentes institucionalizados.

O interesse é que, é em poder dar amor as crianças, né? As crianças que são desabrigadas, você poder dar amor, atenção, carinho. Eu gosto também.
(Fragmento da entrevista realizada com a educadora/cuidadora da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

A partir dos questionários aplicados, é possível perceber que a maioria dos educadores/cuidadores chegou até a casa de acolhimento em questão através do conhecimento de algum funcionário da casa, logo, estes funcionários possuem esse perfil de atuar nessa área por se identificar com o trabalho.

Em relação às funções exercidas pelos educadores/cuidadores, uma educadora/cuidadora respondeu na entrevista que sua função era cozinhar.

A atividade que eu faço é na cozinha. Faço o almoço, faço a janta deles.
(Fragmento da entrevista realizada com a educadora/cuidadora da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

Enquanto as respostas dos questionários com os educadores/cuidadores sobre as suas funções foram: serviços gerais, limpar, cozinhar e cuidar dos acolhidos.

As Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), solicita que os educadores/cuidadores se dividam entre si para realizar tanto as atividades da casa de cozinha e limpeza, como as de acompanhar os acolhidos durante o dia. Mas, é possível perceber que os educadores/cuidadores muitas vezes se preocupam mais com as atividades da casa do que com o acompanhamento dos acolhidos, seja auxiliando estes na sua rotina ou aplicando atividades mediadas.

A seguir, apresentaremos em específico a atuação da pedagoga na casa de acolhimento, a fim de compreender como esta profissional contribui com a instituição.

4.3 A PEDAGOGA NA INSTITUIÇÃO – UMA ATUAÇÃO NECESSÁRIA

Neste tópico, analisaremos a atuação da pedagoga na instituição escolhida como campo de investigação. Para isto, primeiro relataremos o que as normas que regem as casas de acolhimento falam sobre a atuação dessa profissional, depois, analisaremos as principais atividades solicitadas pelas normas para o técnico social, (cargo da pedagoga), e, por fim, apresentaremos a percepção de alguns funcionários da instituição acerca da atuação da pedagoga na casa.

4.3.1 O profissional de Pedagogia e as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

De acordo com as normas que regem as casas de acolhimento, o profissional formado em Pedagogia não tem sua presença solicitada como obrigatória no quadro de funcionários da instituição.

Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. (BRASIL, 2010, p. 69)

Os únicos profissionais solicitados pelas normas para compor a equipe técnica são o psicólogo e o assistente social.

Tendo isto em mente, analisaremos a seguir, as funções estabelecidas pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) para a equipe técnica, equipe na qual a pedagoga atua.

4.3.2 O profissional de Pedagogia e as funções da equipe técnica

De acordo com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), as principais atividades que devem ser desenvolvidas pela equipe técnica são

Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (BRASIL, 2010, p. 70)

Das atividades citadas acima, destacaremos três: A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), a capacitação e o acompanhamento dos educadores/cuidadores, e a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). A seguir discorreremos sobre estas funções atribuídas ao técnico social.

4.3.2.1 A elaboração do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que deve conter os objetivos da instituição. Ele é um projeto porque reúne propostas de ações para serem realizadas durante determinado período, é político por considerar a instituição como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir, e é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários para serem realizados.

Tendo isto em mente, Izar (2012) diferencia o Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar do de uma instituição de acolhimento, relatando que

[...] o projeto pedagógico das instituições de acolhimento se diferencia do projeto pedagógico das instituições escolares por ser mais amplo, não se restringido à linha de ação da pedagogia, mas perpassando as áreas do direito, da psicologia e do serviço social, e tendo como foco não somente o acolhido institucional, mas a relação com sua família e a comunidade na qual ela se insere. (p. 8)

Ou seja, além dos profissionais formados em Psicologia e Serviço Social, para a elaboração de um PPP é necessário a contribuição de um(a) pedagogo(a). Izar (2012) também acrescenta que

O projeto pedagógico mostrou-se uma ferramenta eficiente nas instituições de acolhimento, por possibilitar o mapeamento de todas as suas ações – planejadas e não mais improvisadas – de acordo com os princípios institucionais. (p. 7)

Visto a importância deste documento para que a casa de acolhimento tenha um funcionamento de qualidade e proporcione o desenvolvimento integral dos acolhidos, Batista (2020) afirma que

Os dados colhidos e analisados neste trabalho, nos ajudam a perceber a necessidade de se elaborar objetivos e metodologias para o cuidado e atendimento de crianças e adolescentes institucionalizados, respeitando os aspectos das faixas etárias, as histórias de vida e os contextos em que se encontram, sendo o pedagogo um importante profissional capaz de contribuir para a concretização deste processo. Ao elaborar e materializar um PPP, juntamente com outros profissionais, o pedagogo contribuirá para um trabalho de qualidade na perspectiva multidisciplinar. (p. 13)

Ou seja, podemos perceber que o(a) pedagogo(a) possui conhecimentos específicos para contribuir na elaboração de um PPP que seja eficiente e garanta os direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos.

4.3.2.2 A capacitação e o acompanhamento dos educadores/cuidadores

Segundo as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), os educadores/cuidadores devem ser capacitados e orientados sempre que necessário por um profissional de nível superior da instituição, e suas principais atividades são:

Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar

com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior. (BRASIL, 2010, p. 71)

É possível perceber, que praticamente tudo o que envolve os educadores/cuidadores tem relação direta com práticas educativas, e a Pedagogia é justamente a ciência que se ocupa dos processos educativos, da educação intencional, logo, esse profissional é apto para cuidar desta demanda da casa de acolhimento. Em concordância com isto, Andrioli e Löhr (2014) afirmam que:

Já que a Pedagogia se preocupa com métodos e maneiras de fazer educação, bem como com a totalidade da problemática educativa e sua historicidade, além de orientar a ação educativa, pode-se inferir que o profissional com essa formação tem muito a contribuir com as instituições de acolhimento. (p. 220)

Ou seja, novamente podemos perceber mais uma função atribuída ao técnico social que seria bem desempenhada por um(a) profissional formado(a) em Pedagogia, visto seu caráter educativo, e tendo em mente que este profissional se ocupa da educação.

4.3.2.3 A elaboração do Plano Individual de Atendimento

O Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional é um documento que contém todas as informações dos acolhidos, desde o perfil destes indivíduos, até informações de antes do acolhimento e informações sobre sua família. Assim como, este documento traça um atendimento personalizado a ser realizado com o acolhido, com o objetivo de garantir a este todos os seus direitos, como um desenvolvimento integral.

Dos muitos pontos que precisam ser planejados no PIA, pelo menos três tem relação direta com práticas educativas: A promoção do desenvolvimento integral do acolhido, o acompanhando e a promoção da educação e a realização de atividades pedagógicas. Logo, se faz necessária a presença de um profissional formado em

Pedagogia, que tem capacidade de atuar proporcionando e avaliando os pontos citados acima. Sobre isso, Batista (2020) afirma que

É importante que as instituições promovam a educação integral dos acolhidos através de uma equipe assistida por um pedagogo, não só para ajudar na realização das tarefas escolares, reforço escolar, mas como mediador juntamente com os dirigentes e cuidadores agindo por meio da educação informal e não formal. (p. 13)

É possível afirmar que o PIA não pode ser elaborado e nem executado sem um(a) profissional formado(a) em Pedagogia, visto que solicita contribuições que só este profissional é apto para fazer.

Para complementar tudo o que já foi explanado, a seguir, apresentaremos a percepção dos funcionários da casa de acolhimento estudada sobre a atuação da pedagoga na instituição.

4.3.3 O profissional de Pedagogia e a percepção dos participantes da pesquisa acerca da sua atuação na instituição de acolhimento

A partir da entrevista realizada com a diretora, a coordenadora e com a equipe técnica, apresentaremos agora a percepção destes funcionários acerca da atuação da pedagoga na casa de acolhimento estudada.

Quando questionada sobre como descreveria a atuação da pedagoga na instituição, a diretora respondeu que esta profissional é um braço forte na casa de acolhimento, principalmente agora na pandemia da COVID-19 que as crianças estão sem ir à escola.

É um braço forte, visse? É um braço forte mesmo, assim, ter assim, através, pra através do conhecimento a própria educação que tá muito difícil, né? Nessa pandemia, eles sem escola e tudo, aí fica mais difícil ainda [...] então a gente começa a trabalhar português, matemática, história, e assim vai trabalhando. A gente, a gente que é pedagogo, a gente tem, são várias, assim, atividades que a gente tem que participar, ajudar, né? [...] e, também poder, é, levar conhecimento, aquilo que a gente tem, que pode dizer: Não, isso poderia ser assim. São formas de evoluções, né? (Fragmento da entrevista realizada com a diretora da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

A diretora relata que a pedagoga esta responsável por planejar a rotina de estudos dos acolhidos durante a pandemia da COVID-19, e que é uma profissional

importante por trazer muitas colaborações e melhorias para o funcionamento da casa de acolhimento através dos conhecimentos adquiridos na sua formação.

Já a coordenadora, quando foi questionada sobre sua percepção da atuação da pedagoga na instituição, afirmou que está profissional é imprescindível na casa de acolhimento, principalmente para atuar no acompanhamento da vida escolar dos acolhidos.

Ah, imprescindível. É imprescindível, porque assim, apesar de as orientações técnicas para o serviço de acolhimento não incluir a pedagoga como principal, é, trabalhador nesse serviço, mas a gente sente muita necessidade sim de uma pedagoga, porque as crianças estão aqui no serviço, elas estão assim, é uma moradia provisória, né? Então como é uma moradia provisória, elas saem para estudar, elas precisam de atividades, precisam realizar as atividades escolares, precisam, é, de reforço. Muitas dessas crianças chegam aqui, elas nunca frequentaram a escola, e quando chega aqui a gente tem que matricular na escola, então a pedagoga aqui ajuda, assim, muito, porque elas vão para a escola, elas nunca foram, aí vão para a escola, vão totalmente perdidas, e a pedagoga faz todo esse trabalho com elas. Eu tenho uma criança aqui que chegou e não sabia ler, com 9 anos, que nunca foi na escola. E ontem, a pedagoga nossa me chamou e me mostrou que essa dita criança, que tá aqui há um ano, já tá lendo, juntando as palavrinhas e lendo, entendeu? (Fragmento da entrevista realizada com a coordenadora da casa de acolhimento no dia 17 de junho de 2021)

A coordenadora também afirma sentir a necessidade da atuação de um profissional formado em Pedagogia na instituição, mesmo que as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) não incluam esse profissional como obrigatório. E acrescenta que, além do acompanhamento escolar, os acolhidos precisam de atividades que sejam desenvolvidas na casa, e a pedagoga também é responsável por isto.

Quando a técnica social foi questionada sobre como descreveria a atuação da pedagoga na instituição, esta respondeu que considera de suma importância o trabalho desenvolvido por esta profissional.

De suma importância, né? Eu acho que esse andar em conjunto da assistente social, da psicóloga e da pedagoga, eu acho, eu acredito, né? Eu acho não, porque a gente tem que deixar de lado o achismo mesmo e falar de forma concreta. Eu acredito que é um trabalho de suma importância, porque esses olhares, né? Pra um estudo técnico, um estudo técnico, é de suma importância este parecer pedagógico, porque vai mais além do que só a trefinha da escola, mais além do que, é um trabalho bastante social, mesmo dentro da Pedagogia. (Fragmento da entrevista realizada com a assistente social da casa de acolhimento no dia 14 de junho de 2021)

A técnica social cita o acompanhamento escolar realizado pela pedagoga, mas afirma que sua atuação vai além disso, relatando que o parecer pedagógico dessa

profissional é essencial para compor os relatórios dos acolhidos, conseqüente, esse parecer é essencial para que haja a promoção e avaliação de diversas atividades para as crianças e adolescentes institucionalizados.

É possível perceber que os funcionários da casa de acolhimento estudada consideram necessária e indispensável a atuação de um profissional formado em Pedagogia na instituição, seja para acompanhar a vida escolar dos acolhidos, para promover atividades mediadas na casa, para contribuir com melhorias para a promoção do desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados ou para elaborar pareceres pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução desta monografia, foram apresentados os objetivos que serviram de norte para a realização de toda a pesquisa. Nesse momento, cabe resgatá-los para que se verifique se de fato foram atendidos, e/ou se eles suscitaram questões importantes.

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o papel de um profissional formado em Pedagogia em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE e, para isto, teve três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico consistia em caracterizar uma casa de acolhimento institucional e como se dá a sua organização, o segundo em mapear quais profissionais atuam nesta casa de acolhimento e quais as suas funções e o terceiro em analisar a atuação do pedagogo(a) nesta instituição. Acreditamos que todos os objetivos desta pesquisa foram atendidos, e abordaremos isto a seguir.

O primeiro objetivo específico foi alcançado no primeiro tópico do quarto capítulo desta pesquisa, no qual descrevemos a casa de acolhimento institucional escolhida como campo de investigação, desde sua origem, até seu funcionamento e sua infraestrutura. Neste tópico, revelamos que a instituição se encontra basicamente dentro de todos os parâmetros requeridos pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), normas que regem o funcionamento da casa, em relação ao funcionamento do atendimento aos acolhidos e a sua infraestrutura, se distanciando dos parâmetros apenas na questão da quantidade de acolhidos, devido a demanda de acolhimentos que foge da capacidade do local.

Já o segundo objetivo específico, foi alcançado no segundo tópico do mesmo capítulo, no qual apresentamos os funcionários que atuam na instituição, traçando o perfil destes indivíduos, relatando como começaram a atuar na área de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e suas respectivas funções na casa de acolhimento. Neste tópico, revelamos que, no geral, a direção, a coordenação e a equipe técnica da instituição são compostas por pessoas formadas e capacitadas, que chegaram até a casa de acolhimento através de suas formações e tentam

desempenhar todas as atividades previstas para seus respectivos cargos nas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010). Enquanto os educadores/cuidadores da instituição, no geral, não possuem formação e nem capacitação suficientes para exercer suas atividades na casa de acolhimento, e assim colaborar para a garantia dos direitos dos acolhidos, assim como chegaram até a instituição através do conhecimento de algum dos funcionários do local.

E o terceiro objetivo específico, foi alcançado no terceiro e último tópico do quarto capítulo, no qual analisamos a atuação da pedagoga na instituição, discorrendo sobre o que Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010) falam sobre a atuação desta profissional e trazem como principais atividades para o técnico social (cargo da pedagoga), e apresentando a percepção de alguns funcionários da instituição acerca da atuação da pedagoga na casa de acolhimento. Neste tópico, revelamos que os únicos profissionais solicitados pelas normas para compor a equipe técnica são o psicólogo e o assistente social, embora haja funções, nas principais atividades previstas nas normas que regem a instituição, que caberiam a um profissional formado em Pedagogia realizar, e isso é percebido, no geral, por todos os funcionários da casa de acolhimento.

Por fim, acreditamos que todo esse percurso contribuiu para atender ao objetivo principal desta pesquisa de compreender o papel de um profissional formado em Pedagogia em uma casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes da cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE. Sobre isso, acreditamos que a nossa hipótese de que um profissional formado em Pedagogia é essencial nas instituições de acolhimento, foi confirmada, visto que a instituição é um local imerso em práticas educativas, e que essas práticas são determinantes na vida dos acolhidos, o que resulta na necessidade de um profissional formado em Pedagogia, que se ocupa das questões educativas, para garantir os direitos dos acolhidos, principalmente o direito a educação e a um pleno desenvolvimento, seja no planejamento da rotina da casa de acolhimento, no acompanhamento escolar, na elaboração de pareceres pedagógicos, na promoção de atividades mediadas, ou na orientação dos educadores/cuidadores.

Tendo isto em mente, e devido à falta da obrigatoriedade da presença de um profissional formado em Pedagogia no quadro mínimo de funcionários das casas de

acolhimento para crianças e adolescentes, surgiram alguns questionamentos: Existem casas de acolhimento institucionais que não possuem um(a) pedagogo(a) como funcionário(a)? E, se existir, como tais instituições funcionam e qual a qualidade desse funcionamento? Quem faz o papel que na verdade seria mais bem desempenhado por um profissional formado em Pedagogia?

Buscando respostas para alguns desses questionamentos, demos início a um levantamento, a fim de identificar se há profissionais formados em Pedagogia atuando nas casas de acolhimento para crianças e adolescentes no estado de Pernambuco. Das setenta e três instituições que constam na relação dessas instituições disponibilizada pelo site do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), conseguimos contato com trinta e quatro, das quais dezenove informaram possuir pelo menos um(a) pedagogo(a) trabalhando na casa, enquanto quinze, informaram não possuir nenhum profissional formado em Pedagogia no seu quadro de funcionários. Ou seja, existe a probabilidade de que praticamente metade das casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do estado de Pernambuco não possuam nenhum profissional formado em Pedagogia atuando na instituição.

A partir disso, corroborando com Izar (2011), Pereira (2013), Andrioli e Löhr (2014), Chesini (2015), Farias, Souto e Araújo (2018), Lira (2018) e Stadler, Santos e Silva (2019), e com os discursos dos entrevistados desta pesquisa, consideramos urgente a inclusão de um profissional formado em Pedagogia na equipe profissional mínima solicitada na NOB/RH-SUAS, e conseqüentemente nas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2010), como forma de garantir a sua atuação nas instituições de acolhimento e de valorizar esta profissão.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para ampliar os conhecimentos atuais sobre a atuação de um profissional formado em Pedagogia nas casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e suscitar reflexões sobre a valorização deste profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena GF. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, São Paulo, n. 2, p. 61-69, fev./jul. 1992.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ANDRIOLI, Aline; LÖHR, Suzane Schmidlin. Instituições de acolhimento e seu potencial educativo. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 49, n. 35, p. 203-227, mai./ago. 2014.

BATISTA, Cleusa Pereira. **Possibilidades de atuação do pedagogo em uma instituição de acolhimento**: o instituto cristão evangélico de goiás. Goiás, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/11077/1/Cleusa-convertido.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. **Resolução n. 113**, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA, 2006c. Disponível em:<<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (coord.). **Orientações Técnicas para o serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2009a. Aprovado pela Resolução Conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009. Aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 1, de 18 de junho de 2009. Alterado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA n. 2, de 16 de setembro de 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

BRASIL. **Lei n. 8.242**, de 12 de outubro de 1991. Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1991. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

CHESINI, Aline Andrioli. **Pedagogos (as) em instituições de acolhimento**: fazeres e saberes. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FARIAS, Alexandre Manoel de; SOUTO, Graziela Ronconi; AQUINO, Juliana Pantoja de. O papel e a atuação do coordenador pedagógico em casa de acolhimento institucional entre os anos 2014-2015. **Anais V CONEDU**, Campina grande, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GARCIA, Mariana Ferreira. **A constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional**. 2009. 54 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GONÇALVES, Joseanne Priscilla Formiga. **Pedagogia dos vínculos: o pedagogo nas unidades de acolhimento institucional**. 2014. 60 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

IZAR, Juliana Gama. **A práxis pedagógica em abrigos**. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

IZAR, Juliana Gama. O projeto pedagógico em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. **Anais IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**, São Paulo, 2012.

KOHN, Jéssica Raquel et al. Atribuições do pedagogo em abrigo infantil: reflexões sobre o direito à educação. **Memorial TCC Caderno da Graduação**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 507-536, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIRA, Dione Oliveira de Souza. **O papel do (a) pedagogo (a) em casas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: do assistencialismo ao direito à educação**. 2018. 79 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazó Afonso de. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazó Afonso de. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O processo de pesquisa. In: PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. São Paulo: Papirus, 2012.

PEREIRA, Pâmela Rodrigues. **A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: Mudanças na história brasileira. **Anais III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: 6º CRESS, 2013.

SOUSA, Luciano Dias de et al. O papel do pedagogo em abrigos institucional. **Revista Transformar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 6-25, jan./jul. 2019.

STADLER, Ângela Aparecida; SANTOS, Marcos Pereira dos; SILVA, Taila Lovato Oliveira. Pedagogia social: histórico, conceitos e atuação profissional de pedagogos (as) em instituições de abrigo social no brasil contemporâneo. **Revista Inovare-ISSN 2175-8247**, Paraná, v. 1, jan./jul. 2019.

VITORINO, Edgina Magally Alves. **O pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento**: uma experiência do PET/conexões de saberes–protagonismo juvenil em periferias urbanas. 2018. 60 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO TOTAL

- Caracterização do espaço físico da casa de acolhimento;
- Caracterização da rotina da casa de acolhimento;
- Descrição das atividades desenvolvidas pelas crianças de maneira dirigida e não dirigida;
- Descrição dos funcionários da casa de acolhimento e das suas atividades;
- Descrição da rotina da Pedagoga.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

- **PERFIL DO FUNCIONÁRIO**

NOME: _____

IDADE: _____

SEXO: Feminino () Masculino () Prefiro não declarar ()

BAIRRO QUE RESIDE: _____

FUNÇÃO: _____

SITUAÇÃO: Voluntário () Contratado ()

TURNO: Manhã () Tarde () Noite ()

COMO FOI CONTRATADO: Concurso público ()

Outro () _____

TEMPO DE ATUAÇÃO:

NESTA CASA: _____ NA ÁREA: _____

COMO COMEÇOU A TRABALHAR NESTA ÁREA?

COMO TOMOU CONHECIMENTO DA VAGA QUE OCUPA HOJE?

• **FORMAÇÃO**

ENSINO FUNDAMENTAL ()

Conclusão: _____ Rede Pública () Rede Privada ()

ENSINO MÉDIO ()

Conclusão: _____ Rede Pública () Rede Privada ()

ENSINO SUPERIOR ()

Curso: _____

Conclusão: _____ Instituição de Ensino: _____

POS GRADUAÇÃO ()

Conclusão: _____ Instituição de Ensino: _____

VOCÊ REALIZOU ALGUM CURSO PARA TRABALHAR NAS CASAS DE
ACOLHIMENTO? Sim () Não ()

SE SIM, QUAL? _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Como surgiu o interesse em atuar na casa de acolhimento?
- Quais as atividades que você realiza?
- Poderia descrever sua rotina na casa de acolhimento?
- Como você descreveria a atuação da Pedagoga na casa de acolhimento?